

## AVALIAÇÃO DA MISSÃO ARANHA (1939)

*Discurso sobre sua missão nos Estados Unidos da América para jornalistas em sua residência, na Ladeira da Ascurra, Rio de Janeiro, em 23 de março de 1939<sup>1</sup>*

Fui aos Estados Unidos em virtude de um convite do presidente Roosevelt, dirigido ao presidente Getúlio Vargas. O convite excluía, por sua natureza, a prefixação de assuntos a discutir. Dizia, entretanto, que o presidente Roosevelt achava necessária essa entrevista, porque era uma tradição de nossos governos, em situações passadas similares, discutir diretamente os assuntos de interesse comum de nossos governos e povos.

O presidente Getúlio Vargas, após ouvir seus auxiliares civis e militares, deu-me suas instruções sobre o que deveria dizer ao seu colega e amigo presidente Roosevelt e, ao mesmo tempo, instruir-me sobre a maneira de sondar e aproveitar as possibilidades de cooperação entre nossos dois países.

Levei comigo os auxiliares mais capazes e devotados e com os que encontrei nos Estados Unidos, procurei dar desempenho cabal à missão que me foi confiada pelo meu presidente.

Durante este mês que permaneci nos Estados Unidos dediquei todo o meu tempo ao desempenho de minha missão. Não menos absorvidos pelo trabalho foram meus auxiliares, doutores João

---

1 Aranha: 1994v.

Carlos Muniz, Souza Dantas e Simões Lopes e o secretário Lima e Silva, porque todos, como eu, passaram pelos Estados Unidos sem tempo sequer para admirar os esplendores de Nova York ou os encantos de Washington. A chegada do embaixador Carlos Martins, cuja apresentação de credenciais constituiu uma solenidade sem precedentes, foi-me de grande cooperação, dada sua experiência e seu empenho em ajudar-me nas negociações com o melhor de seus esforços.

As palestras que tive com o presidente e com as altas autoridades americanas, as homenagens que recebemos, as demonstrações que a sociedade, a imprensa, as associações culturais fizeram à missão, constituem provas de uma amizade ao Brasil, e de uma confiança ao presidente Vargas e ao seu governo que, por vezes, encheramnos de orgulho e alegria. Nada pode satisfazer mais a um brasileiro do que assistir, durante um mês inteiro, a consagração de seu país, de seu chefe, de seu povo.

A nossa estada nos Estados Unidos foi uma verdadeira apoteose ao Brasil, feita pelo povo, pela sociedade, pela imprensa e pelo governo dos Estados Unidos.

Refiro este fato porque ele não foi obra minha, pessoal, ou de meus auxiliares, mas uma demonstração espontânea à nossa pátria, uma afirmação nessa oportunidade dos sentimentos americanos para com o Brasil e os brasileiros.

As negociações foram difíceis, porque os assuntos exigiam exame e estudo, e até revisão de normas e processos usuais na vida americana. As altas autoridades americanas cercaram-nos de atenções e deram-nos provas, as maiores, de sua boa vontade e de sua decisão de cooperar conosco. Fizemos em um mês tudo que era humanamente possível fazer.

A assistência do presidente Getúlio Vargas foi o grande estímulo para o êxito de nossa parte, como a do presidente Roosevelt

por parte dos Estados Unidos. São dois homens que sabem pensar, resolver e decidir. Anima-os o mesmo nobre espírito de cooperação e de confiança na amizade dos povos que têm o privilégio de suas chefias. Fui um simples instrumento nesses altos objetivos e tenho orgulho da parte que me coube, como aos meus auxiliares, na conclusão desses entendimentos.

Conseguimos restabelecer a margem para operações bancárias, extinta desde 1929, logo depois da grande crise. Para isso facilitou o “Export and Import Bank”<sup>2</sup> um crédito que é bastante longo: 19.200.000 dólares (dezenove milhões e duzentos mil dólares), para retomarmos a estrada das operações comerciais normais, e com uma taxa inferior à menor que já haja o Brasil obtido em operações anteriores de liquidação de “congelados”. Não houve comissão nem intermediários. É um crédito para o Banco do Brasil que, contrariamente a outros antes obtidos, não necessitará do aval do Tesouro Nacional.

A outra operação é de uma simplicidade sem par, e virá favorecer o rápido e já inadiável equipamento econômico do Brasil. Obrigou-se o “Export and Import Bank” a financiar as vendas americanas para o Brasil, ao governo ou às firmas brasileiras, até a importância de 50 milhões de dólares. Estas compras antes só eram possíveis mediante pagamento à vista. Poderão agora ser feitas com prazos de 1 a 5 anos e juros que nunca poderão exceder aos 5% ao ano. Não nos obrigamos a comprar, mas, quando comprarmos nos Estados Unidos, poderemos gozar dessas vantagens. Além dessas, a operação poderá e deverá trazer, pela lei da concorrência, ofertas similares ou melhores, de outros países.

Com essas facilidades de prazo e pagamento, poderá o nosso governo, nos Estados Unidos ou em outros países, realizar, em

---

2 O Export-Import Bank foi criado em fevereiro de 1934 pelo governo Americano para financiar e facilitar a exportação de bens e serviços americanos.

três anos, obras públicas pagáveis em dez e capazes de produzir, nesses sete anos restantes de prazo, a importância necessária ao seu pagamento. A margem de obras poderá assim desdobrar-se e o governo ficará com amplitude de crédito para a solução dos problemas básicos da economia nacional.

Estabelecemos ainda entendimentos para a cooperação agrícola. O “Export and Import Bank” já iniciou a abertura de crédito para importação de sementes oleaginosas, e seus diretores estão decididos a favorecer as importações nos Estados Unidos de produtos brasileiros. A borracha, as fibras, os óleos vegetais, as madeiras duras, certas frutas tropicais terão nos Estados Unidos um mercado sem limites. A industrialização dessas produções, a fim de exportá-las, é uma etapa de cooperação econômica que encontrará nos Estados Unidos capital e técnicos desejosos de se estabelecer no Brasil. Não menor é o campo de exportação de minérios. O manganês, o próprio minério de ferro, o níquel, o cromo e outros têm no mercado americano grandes possibilidades.

Tudo isso exige esforço conjugado, boa vontade e cooperação. As bases já estão lançadas, e a nós cabe propiciar, agora, a possibilidade para o que se nos oferece. Os Estados Unidos importam dois bilhões de dólares de matérias-primas. O Brasil pode, com a industrialização dessas suas produções, vender pelo menos um terço dessas matérias-primas, recebendo mais de quinhentos milhões de dólares anualmente, ou seja, cinco vezes o seu comércio atual com os Estados Unidos.

O comércio americano quer comprar no Brasil esses produtos, e pelo que nos foi dado discutir e acertar, está disposto a cooperar conosco para os tornar exportáveis nas condições e na escala necessárias.

O café e o cacau foram objeto de estudos, que darei a conhecer ao governo. Penso que certos cafés não poderão continuar a

competir com o nosso no mercado americano, havendo assim uma margem de mais de um milhão de sacas para os nossos cafés inferiores. Iniciei negociações nesse sentido com o senhor Wallace, secretário da Agricultura, e confio nos seus resultados. A minha impressão é de que devemos facilitar ainda mais nossas exportações de café, acabando com numerosos entraves que ainda existem no transporte do interior e nos portos de embarque. O resultado de nossa política cafeeira não deixa lugar a dúvidas, aumentou o consumo americano *per capita* e aumentaram as nossas exportações.

Quanto ao algodão, devo declarar, peremptoriamente, que são totalmente infundadas as notícias, que soube terem circulado no Brasil, segundo as quais nos seria pedida uma limitação de plantio ou de produção. Nada disso. Tudo pura fantasia. Nas conversas que tive com o senhor Wallace, apenas se tratou da hipótese de uma conferência dos países produtores, no interesse comum de todos, já tendo eu dado uma entrevista na qual esclareci amplamente esse aumento.

Também não passam de fantasia os absurdos rumores acerca de pretendidas limitações do comércio do Brasil com outras nações. Já disse que, pelos entendimentos, não nos obrigamos a comprar nos Estados Unidos, sendo óbvio que só poderemos fazê-lo quando as condições de suas vendas nos forem favoráveis. Neste ponto, como nos outros todos, conservamos naturalmente toda liberdade de ação. Nem sequer ouvimos, de parte das autoridades americanas, ponderações relativamente a esse assunto.

A criação do Banco Central é já uma necessidade aceita por todos<sup>3</sup>. O Banco Central existe esparso e descoordenado, quer no Banco do Brasil quer no Tesouro. Criar um órgão de coordenação

---

3 Seria somente em 1964 que seria criado o Banco Central do Brasil. De 1945 até esta data, a autoridade monetária responsável por preparar a criação de um banco central foi a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Sobre esse processo, ver Lago: 1965.

dessas funções é um imperativo do bom senso, para não invocar razões econômicas ou financeiras. A sua criação, porém, exige reservas e disponibilidades que temos em parte e outras que precisávamos obter em parte, e outra que precisávamos obter, para casos excepcionais, no exterior. Foi isso que pleiteamos, e que o presidente Roosevelt nos assegurou, na carta que o senhor Morgenthau<sup>4</sup>, secretário do Tesouro, me dirigiu em resposta à minha exposição do assunto: 40 toneladas de ouro, ou, aproximadamente, 50 milhões de dólares. O prazo e as condições dessa operação não me cabia a mim ajustar, mas ao governo e ao seu ilustre ministro da Fazenda. A nós, da missão, cabia apenas fazer o que fizemos: trazer a segurança do crédito necessário à criação do Banco Central.

Na vida dos povos, em princípio, não é possível só pedir, sem dar. Nada, porém, deu o Brasil em troca, porque nada precisava dar, nem nada lhe foi pedido pelo governo americano. É verdade que em minha carta referi que no plano econômico do governo se cogitava retomar, em julho, o pagamento da dívida em dólares, por conta da amortização e juros dos empréstimos. Meu propósito, ao fazer esta afirmação, foi tranquilizar os portadores de nossos títulos, mais de meio milhão de pessoas, cuja atitude durante nossa estada fora a mais simpática possível para com o Brasil, e mais, porque não pode haver um plano econômico baseado no não pagamento das dívidas. Declarei, porém, que a escala desses pagamentos e demais condições seriam discutidos pelo governo brasileiro diretamente com os portadores e não com os banqueiros, dependendo tudo, naturalmente, do aumento de nossas exportações e de nossos saldos.

Todos sabem que sou, em princípio, pelo pagamento das dívidas públicas, e creio que não há ninguém, além dos comunistas, que seja favorável ao repúdio de suas dívidas. Sempre, porém,

---

4 Henry Morgenthau (1891-1967) foi secretário do Tesouro americano de 1934 a 1945.

subordinei essa obrigação moral de pagar à capacidade material de fazê-lo. Fui, mesmo, o autor de um plano, aceito contra a expectativa geral, pelo qual pagamos em quatro anos 34 milhões de libras, recebendo quitação de 98 milhões de libras.

Tudo depende, pois, da possibilidade e da capacidade de pagar. O governo, quando suspendeu em 10 de novembro de 1937 o pagamento, o fez coagido, como muito bem disse o presidente Vargas, como expus ao Conselho dos Portadores de Títulos, porque não tínhamos com que pagar, uma vez que o saldo da balança comercial tinha desaparecido praticamente, com a baixa dos preços de nossas exportações.

A possibilidade surge com o reerguimento econômico do país. Não podemos relegar indefinidamente a consideração de um problema básico para nosso prestígio internacional. Devemos, pois, examinar com critério objetivo a retomada desses pagamentos, suas vantagens e benefícios, mesmo porque não há um só país, além da Rússia, praticamente, que não esteja mais ou menos pagando seus empréstimos.

Creio que os credores americanos, portadores de nossos títulos, compreendem nossas dificuldades, que expus com franqueza e sem reservas, e estão dispostos, conforme pude bem medir, a entrar conosco num entendimento, que será mais uma prova de cooperação do que verdadeiramente um pagamento ou uma exigência.

Ao governo cabe, agora, procurar a solução deste problema, negociando-a com os portadores, diretamente, e não com banqueiros e com governos.

Enfim, a cooperação prática entre o Brasil e os Estados Unidos, sob a égide de seus governos, iniciada em minha visita, tem perspectivas imensas. Não estabelecemos favores entre governos,

mas abrimos possibilidades para todos quantos queiram trabalhar e cooperar.

Cumpri a missão que me conferiu meu presidente e, sob a inspiração de suas instruções, fiz as combinações iniciais de uma *era sem precedentes, que promete prosperidade e assegura a paz*, como a classificou o presidente Roosevelt.